



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 10 – Informação e Memória

CARTA DE AMOR: DA MEMÓRIA PESSOAL PARA A MEMÓRIA COLETIVA
LOVE LETTER: FROM PERSONAL MEMORY TO COLLECTIVE MEMORY

Camila Mattos da Costa¹, Lucia Maria Velloso de Oliveira²

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que analisa a *carta de amor* como tipo documental. A proposta é divulgar os resultados de pesquisa em bases de dados de países com tradição arquivística, os Estados Unidos e o Reino Unido, em relação ao uso do termo *carta de amor* no processo de produção e divulgação da informação sobre os arquivos pessoais sob a custódia da Library of Congress (USA) e do National Archives (UK) do período de 1840 a 1929. A pesquisa está fundamentada nos arquivos pessoais e sua relação com a memória social e sua metodologia incluiu a revisão de literatura sobre arquivos pessoais, sobre a carta enquanto documento arquivístico e a investigação sobre a ocorrência do termo em língua inglesa *love letter*, equivalente ao *carta de amor* em língua portuguesa, e termos similares nas bases de dados já mencionadas. Ao final, apresentamos os dados quantitativos levantados e uma análise sobre a validação da carta de amor como tipo documental.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Tipo documental; Carta de amor

Abstract: *The paper presents partial results of a master's research that analyzes the love letter as type of document. The proposal is to disseminate the research results in databases of countries with archival tradition, such as the United States and the United Kingdom, regarding the use of the term love letter in the processing and dissemination of information regarding personal papers, and its*

¹ Universidade Federal Fluminense

² Doutora em Ciências - Área: História Social pela Universidade de São Paulo

relation with social memory, of the period from 1840 to 1929 in the custody of the Library of Congress (USA) and the National archives (UK). The research is based on personal papers and the methodology used includes a literature review of personal papers, on the letter as an archival document and the research on the occurrence of the term in English love letter, equivalent to the carta de amor in Portuguese, and similar terms in the aforementioned databases. At the end, we present the quantitative data collected and analysis on the validation of love letter as a type of document.

Keywords: *Personal papers; Type of document; Love Letter*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é a análise da presença do tipo documental “carta de amor” em arquivos pessoais por meio da identificação do termo de busca em bases de dados de instituições arquivísticas, abordando a passagem de um documento oriundo das relações íntimas e pessoais para o espaço na memória coletiva. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico sobre arquivos pessoais e a relação entre os arquivos pessoais e a memória social, sobre a carta enquanto documento arquivístico e a ocorrência do termo em língua inglesa “*love letter*”, equivalente ao “carta de amor” em língua portuguesa, e termos similares na base de dados de duas instituições custodiadoras. O texto divide-se em duas partes. A primeira delas apresenta uma discussão bibliográfica sobre arquivos pessoais e a presença de correspondência, especificamente, carta de amor, nestes acervos. A segunda parte apresenta os resultados do levantamento da ocorrência dos termos selecionados nas instituições custodiadoras: a *Library of Congress* (USA) e o *National Archives* (UK). Objetivamos com a busca compreender de que maneira as cartas de amor aparecem descritas em arquivos e a ocorrência de termos de busca que remetam ao tipo documental “carta de amor”.

2 OS ARQUIVOS PESSOAIS E A CORRESPONDÊNCIA

Os arquivos pessoais são compostos por diversos tipos de documentos, alguns pouco conhecidos pelos arquivistas por causa das suas especificidades e de suas origens diversas (CAMARGO, 2008, p. 9), pois podem ser produzidos no decorrer de atividades singulares de acordo com as funções exercidas pelo titular do arquivo, tanto na esfera pública quanto na vida privada. As cartas de amor são exemplos destes documentos não diplomáticos. Ainda que não sejam regidas por normas claras de formatos diplomáticos, como os documentos institucionais públicos e privados, as cartas de amor são influenciadas por outros códigos presentes na vida em sociedade que as caracterizam.

As cartas de amor e outros documentos produzidos na esfera privada são documentos não diplomáticos, pois são “destituídos de rigor na elaboração decorrente da representação de um ato administrativo ou jurídico, [e] são os mais difíceis de serem estudados, uma vez que são poucos os elementos formais em sua estrutura” (OLIVEIRA, 2012, p. 82-83).

Os arquivos pessoais têm ocupado espaço periférico na agenda dos temas arquivísticos. Embora no Brasil, a discussão em torno deles seja mais presente. Se, por um lado, não possuem tanto destaque entre os arquivistas, por outro, os arquivos pessoais

despertam grande interesse dos pesquisadores de diversas outras áreas do conhecimento.

Para fins deste trabalho, entendemos arquivos pessoais como o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais” (OLIVEIRA, 2016, p.2). Este conceito destaca as “várias personas” do titular decorrentes dos complexos papéis representados ao longo da vida e que podem ser percebidos no arquivo. Camargo (2008), ao estabelecer a diferença entre os arquivos pessoais e os institucionais, argumenta que os documentos de pessoas não são destituídos de autenticidade apenas porque possuem documentos não diplomáticos. A autora acredita que os arquivos pessoais não são constituídos somente por “egodocumentos” – aqueles vistos como autobiográficos –, mas também por documentos produzidos no decorrer das atividades pessoais, profissionais e políticas de seus titulares, por exemplo.

Os documentos presentes nos arquivos pessoais são produzidos com uma finalidade e contexto determinados. Os arquivos pessoais não são definidos por si. São caracterizados por seus elos “de pertencimento ou derivação que mantém com a pessoa física ou jurídica que lhes deu origem” (CAMARGO, 2015, p.12).

A valorização de tipos documentais, nos últimos tempos, acabou provocando uma mudança na relação com a própria documentação, fazendo com que estes tipos saíssem da condição de fonte de pesquisa dos usuários para o *status* de objeto de pesquisa na arquivística (CAMARGO, 2009, p.35),

Assim como os arquivos institucionais, os arquivos pessoais são únicos. Este pressuposto é capaz de revelar a singularidade do documento de arquivo e reflete sua própria gênese (OLIVEIRA, 2015, p. 119). A compreensão de que os arquivos pessoais são produtos das “atividades e experiências do produtor”, bem como das suas escolhas, é necessária para que uma abordagem contextualizada seja oferecida. Um arquivo pessoal – assim como um arquivo institucional – é constituído por documentos, mas também por buracos e lacunas. Nenhuma pessoa física ou jurídica é capaz de guardar tudo. Portanto, é preciso conhecer o processo de produção/acumulação e efetuar a análise dos documentos (OLIVEIRA, 2012, p. 78). Certamente, os processos de produção de um arquivo pessoal são distintos dos processos de produção do arquivo institucional já que muitos documentos em arquivos pessoais não possuem regulações explícitas.

Oliveira (2012, p. 34) afirma que os documentos arquivísticos, mesmo em arquivos pessoais, são “produzidos para fins de registro, seja da intimidade, das atividades profissionais e de negócios, ou das relações familiares e sociais”. A autora dá como exemplo os diários

íntimos, que são “o registro cotidiano de expressões dos sentimentos, pensamentos e atividades diárias”, ou a carta de amor, que “é a expressão dos afetos de uma pessoa pela outra” (OLIVEIRA, 2015, p. 119).

O documento de arquivo sempre funciona como prova das ações e atividades que lhes deram origem. Segundo Oliveira (2012, p. 38), esta é uma característica nata e permanente dos documentos. Casualmente, é o uso que se modifica.

Os arquivos pessoais, em sua singularidade, exprimem o vínculo de seus produtores com a sociedade que os cerca, representando os estratos sociais aos quais pertencem os titulares em determinado período histórico (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2015, p. 9). As relações sociais são complexas: os sujeitos estão inseridos em mais de um grupo e/ou coletivo, por isso, os documentos acabam espelhando essa realidade de alguma forma. Oliveira (2015, p. 120) aponta que os indivíduos desempenham “diferentes papéis na sociedade e o conjunto de atividade e ações inerentes a esses papéis são registrados nos documentos”. Para a autora, os arquivos pessoais são traduções do “modo de viver, de pensar e de fazer do indivíduo que se insere em grupos sociais. E desempenha diferentes papéis, articulando-se com outros indivíduos de distintas formas” (OLIVEIRA, 2015, p. 120).

Os arquivos pessoais são formados por documentos que podem ser divididos em duas categorias. A primeira delas, em documentos que tratam do indivíduo em sociedade, como certidões e atestados, por exemplo, e que são regulados por normas jurídico-administrativas. A segunda categoria é formada pelos documentos que não possuem regulação formal; entretanto, são diretamente influenciados pelas normas sociais nas quais seus produtores estão envolvidos (OLIVEIRA, 2015, p. 119).

Mckemmish (2001) explora, em “Evidence of me”, a natureza dos arquivos pessoais e seu papel enquanto “testemunhos” de uma vida, mas também de que maneira a vida de um determinado indivíduo é parte de uma memória coletiva³ e de uma identidade cultural. A autora defende que o próprio ato de colecionar documentos (*record keeping*) é um modo de testemunho (MCKEMMISH, 2001, p. 2, tradução nossa). É uma maneira de evidenciar a própria vida, as atividades e experiências com os outros, as relações estabelecidas, a identidade e o lugar no mundo. Muitos indivíduos acumulam arquivos ao longo de suas vidas. A funcionalidade de um arquivo pessoal, ou seja, sua capacidade de testemunhar uma vida depende de como é sistematicamente tratada a atividade de criação e acumulação de registro enquanto documentos ordenados de maneira orgânica.

³ Parece-nos difícil discutir os arquivos pessoais sem tocar na memória coletiva. Portanto, entende-se memória coletiva como o “corpo de textos, imagens e rituais específicos reutilizáveis por cada sociedade em cada época que o culto serve para estabilizar e convergir a auto-imagem da sociedade” (ASSMANN, 1995, p. 132).

A produção e acumulação de um arquivo pessoal é atividade comum a muitos indivíduos. Os documentos constituintes de arquivos pessoais servem a diferentes propósitos ao longo da vida do titular. Além das funcionalidades práticas, legais e burocráticas, os arquivos pessoais podem também constituir uma espécie de testemunho de uma vida. Mckemmish (2001, p. 2) aponta que a própria atividade de guardar documentos é por si só, uma espécie de testemunho. Por que certos documentos são guardados em detrimento de outros? De que forma são organizados? Que fatores condicionam o comportamento de registro dos indivíduos? São uma maneira de evidenciar a vida, as atividades, as experiências, a identidade, enfim, seu lugar de inserção no mundo.

Mckemmish (2001, p. 2-3) questiona o que caracteriza este comportamento de registrar e acumular, bem como quais fatos são condicionantes para que sejam registrados e acumulados. Assim como nos arquivos institucionais, é possível identificar, nos arquivos pessoais, as funções e atividades significativas, observando que registros evidenciam estas atividades especificamente. As relações estabelecidas pelos indivíduos estão submersas em condições comportamentais e de interação que também podem se estender ao próprio comportamento de arquivar.

Mesmo aqueles documentos criados por razões administrativas ou burocráticas podem construir conexões sentimentais. Uma certidão de casamento desperta diferentes respostas emocionais, dependendo do contexto. Os documentos servem a diferentes propósitos e funcionam como facilitadores de diversos tipos de resposta, ganhando novas funcionalidades no arquivo.

Os documentos pessoais são custodiados por instituições porque são percebidos como parte dos documentos que amparam a memória de uma sociedade. Arquivos pessoais se relacionam com os laços identitários. O sentimento de pertencimento é resultado da socialização e dos costumes de uma determinada sociedade (ASSMANN, 1995. p. 125, tradução nossa). Ao receber um arquivo pessoal, a instituição de custódia se compromete com a sua preservação e seu acesso.

Assim como os documentos arquivísticos pessoais devem ser encarados como representações, eles não devem ser considerados sinônimos de memória, ainda que possam funcionar como “gatilhos de memória” (MILLAR, 2006, p. 122, tradução nossa). Documentos não são memórias, mas podem ser criados ou armazenados na tentativa de manter evidências que lembrem determinado momento ou fato, como, por exemplo, as fotografias de viagem e os diários íntimos.

A memória comunicativa é a memória do dia a dia com base nas características

culturais. Para Assmann (1995, p. 125), o conceito de memória comunicativa inclui as variedades da memória coletiva baseadas exclusivamente nas comunicações diárias. A comunicação diária é caracterizada por um alto nível de não especialização, **reciprocidade** de regras, instabilidade temática e desorganização. Tem lugar entre parceiros que podem alterar as regras (ASSMANN, 1995, p. 126, grifo nosso). Em muitos casos, as comunicações acabam extrapolando as necessidades diárias e ganham novos usos. Por exemplo, quando a correspondência é guardada por anos e/ou tornam-se parte de um arquivo pessoal custodiado por uma instituição de memória.

De acordo com a definição do arquivista francês Bruno Delmas (2010, p. 129), documento de arquivo é aquele que, independentemente da data, forma e suporte, “foi naturalmente criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais”.

A noção de informação orgânica, para Delmas (2010, p. 132), é complementar a de documento, já que não é apenas o suporte, mas a informação correspondente “a regras, construções, linguagens, procedimentos, validações precisas, próprias à sua ação e anteriores a quaisquer reconstruções e discursos históricos”, que interessa. Para Rayward (1996, p. 5), o conceito de documento não é simples. As ambiguidades e variabilidades que constituem a própria noção de informação devem ser consideradas ao pensar o documento. Portanto, aquilo que se entende por documento e aquilo que se entende por informação estão relacionados e são interdependentes. Além disso, a maneira como a sociedade lida e gerencia a informação se relaciona com as crenças, os modos de pensar, investigar e os demais imperativos culturais.

A quantidade de documentos arquivísticos produzidos e acumulados amplia-se na medida em que as relações sociais se tornam mais complexas. Um maior número de documentos é necessário para “agir, negociar e viver”. As sociedades cercaram-se de técnicas para atender às necessidades de cada tempo. A escrita e as infraestruturas de comunicação, como os correios, podem ser compreendidas como exemplos destas técnicas (DELMAS, 2010, p. 19-20). Portanto, os documentos também são elementos das relações sociais mais complexas, bem como se apresentam como vestígios dessas sociedades.

Bellotto (2008, p. 11) indica que a produção de um documento indica um fim determinado e os registros mostram uma consequência, ou seja, criam, modificam, preservam ou concluem determinadas situações e ações. Para Delmas (2010, p. 58), os documentos são produzidos com o objetivo de viabilizar ações, de modo que carregam as marcas de seus contextos de produção. Um documento de arquivo é instrumento de registro formal de uma determinada ação (DELMAS, 2010, p. 130).

Para efetivar as ações, é preciso que os documentos obedeçam a determinados critérios exteriores a eles. Aquele que escreve uma carta – ou documenta algo – também se utiliza desses critérios para a redação do documento. Afinal, aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito estão limitados por essas noções exteriores e independem somente da vontade do indivíduo. Para saber de que maneira algo deve ser comunicado, o redator leva em consideração o leitor e o lugar. Esses critérios fazem parte de uma ação seletiva sobre aquilo que é documentado e informado. As escolhas de quem escreve uma carta, por exemplo, fazem parte da própria gênese documental. É também o contexto que possibilita que algo se torne informativo (GONZÁLEZ DE GOMES, 1999), de modo que somente dentro de alguns contextos exteriores aos documentos é que estes documentos farão sentido. Os documentos exigem um repertório que vai além de sua existência material visível.

Muitos documentos estavam e estão cotidianamente presentes na vida da sociedade, tanto na esfera das relações sociais quanto nas relações estabelecidas por meio das instituições. Dentre eles, a correspondência está bastante disseminada, sendo a carta um dos principais meios de comunicação desde os romanos, tendo importante papel na comunicação. Assim, formam um campo privilegiado de entrada na esfera privada, dos relacionamentos, das sociabilidades e das familiaridades dos indivíduos (GASTAUD, 2009, p. 18). Sua importância também justifica a presença de uma grande quantidade de correspondência em arquivos pessoais. Já no caso das cartas de amor, seus autores objetivavam manifestar, por meio delas, seu afeto, carinho e até mesmo ciúme de suas amadas. De certo modo, pretendiam diminuir distâncias e preencher vazios.

A correspondência, principalmente a carta, é capaz de apresentar diversos aspectos da vida, mas principalmente ressaltar as relações e interações estabelecidas pelos indivíduos. É necessária uma melhor compreensão sobre de que maneira uma carta pode ser entendida como “documentos (informação) e como documentos de arquivo (prova do relacionamento das partes envolvidas), e em que medida seu valor informativo é dependente do seu valor probatório” (MCKEMMISH, 2001, p. 8-9, tradução nossa).

Como diversos tipos documentais têm lugar especial na comunicação humana, até mesmo as formas de tratamento presentes na comunicação são indícios das relações sociais estabelecidas pelas pessoas. Por exemplo, a escolha de uma determinada linguagem e o modo de se comunicar informam sobre as lealdades daqueles que se comunicam – por escrito ou não –, já que podem expressar solidariedade com os que se comportam do mesmo modo e se distanciar daqueles que são diferentes (BURKE, 1995, p. 39).

Para Hjørland (1998, p. 616), os documentos são elaborados de modo a cumprirem seus objetivos, por isso a forma usada é tão importante. As cartas de amor também funcionam desse modo, ainda que apresentem pequenas ou grandes transgressões. O autor defende que a percepção da maneira pela qual as pessoas são informadas é mediada pelas instituições, pela linguagem e pelos próprios documentos através de sua forma física ou das concepções pré-definidas sobre determinado tipo de documento. Como exemplo, o uso de determinado papel de carta ou o perfume borrifado pelos amantes. Posteriormente, a apropriação de um documento por aquele a que se destina ou pelo usuário, em arquivos, é também mediada pelos aspectos formais dos documentos. Para o Hjørland (1998, p. 611), os documentos servem a diferentes objetivos de acordo com o grupo ou os indivíduos. É possível pensar a abordagem de Hjørland também relacionando o uso dos documentos ao lugar institucional que ocupam. As cartas de amor que chegam aos arquivos, por exemplo, estão relacionadas com as instituições que legitimam o casal socialmente.

Para Camargo (2009, p. 34), estudos sobre tipos documentais não diplomáticos, como as cartas pessoais, são interessantes porque são capazes de ampliar os conhecimentos sobre os tipos que não pertencem ao espaço institucional. Na atualidade, a tipologia documental se torna indispensável ao fazer arquivístico já que é a ciência do documento funcional e da informação orgânica (DELMAS, 2010, p. 150-151).

Para entendermos os tipos documentais, diplomáticos ou não, é preciso compreender o que vem a ser a espécie documental e o tipo. A espécie é a “configuração assumida pelo documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”. Já o tipo documental é “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (BELLOTTO, 2002, p. 27-28). Portanto, o tipo documental corresponde à “espécie + função que o originou”. É a agregação da gênese do documento à sua espécie (BELLOTTO, 2008, p. 72).

Na Ciência da Informação, Hjørland (1998, p. 616) aponta a necessidade de estudos sobre a tipologia e composição dos documentos. Segundo o autor, faltam estudos que observem os documentos de forma pouco redutora, possibilitando a apreensão de um conhecimento concreto, detalhado e cumulativo para a elaboração de sistemas de busca e descrição em arquivos pessoais e demais campos de estudo da CI. Reduções que afastam documentos e perspectivas pouco abordadas pela CI são, segundo o autor, não muito benéficas para a própria área de conhecimento.

Em uma das definições do dicionário Michaelis, disponível online, a carta é o “escrito, fechado em envelope, que se dirige a alguém; epístola, missiva”. Ela é entendida no

âmbito da diplomática como “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso” (BELLOTTO, 2008, p. 39). Neste trabalho, contudo, a carta de amor será entendida como o documento redigido com o objetivo de demonstrar afeto, além de conquistar, manter, cultivar ou recuperar o afeto de outrem.

As cartas pessoais são capazes de evidenciar diversos aspectos das esferas pública e privada dos indivíduos, e também as relações estabelecidas por e entre eles ao longo de suas vidas, seja na intimidade ou não. O crescimento do número de indivíduos alfabetizados e a necessidade de afastar-se de casa, da terra e dos familiares – por questões financeiras, militares, profissionais, educacionais etc. – são dois grandes motivos que acabaram tornando a carta instrumento de comunicação tão popular no cotidiano (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 14-15). As cartas também foram um meio de comunicação bastante difundido entre as mulheres. A presença das cartas na rotina era tamanha que até os analfabetos precisaram se adaptar, recorrendo à outra pessoa que soubesse ler e pudesse responder às cartas, ou seja, um escriba.

A correspondência desempenha funções e objetivos tão variados quanto os motivos de sua redação (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 16-17). Nas relações familiares, as cartas eram usadas para exprimir os sentimentos gerados pelo recebimento de notícias e novidades, bem como demonstrar a reprovação e os pesares pelos silêncios longos (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 18-19). A produção de correspondência também está amparada na necessidade de confidenciar algo, mesmo que elas pudessem se perder e cair em mãos erradas (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 21).

Queiroz (1982, p. 10-11) afirma que a carta é um “documento datado, circunstancial”, que “injeta atualidade no passado”. Posteriormente, ler uma carta de outrem dificilmente dará acesso exato à relação estabelecida entre o destinatário e o remetente. Para a autora, a fala amorosa tem endereço definido e acaba escapando à intromissão dos outros. A leitura de uma carta provoca, no remetente e naquele que espia reações diferentes, embora provoquem sensações em ambos.

O estado de solidão presente na fala amorosa deixa o âmbito sigiloso e entra na história; despojadas dos acessórios da casualidade, as falas amorosas são vinculadas a um estrato capaz de expressar estados de alma comum aos apaixonados. O universo dos afetos é regido por princípios com certa rigidez e constância. Na tentativa de isolar determinados elementos como objeto de estudos e análises, as arqueologias da epistolografia frequentemente indicam certa rigidez formal nas cartas (QUEIROZ, 1982, p. 12).

A comunicação escrita é dependente do sistema social no qual está inserida. Com a fala amorosa não seria diferente. Difundiu-se a ideia de que certos cargos e funções seriam capazes de inibir a demonstração de afeto, emoção ou sentimento. Além disso, a fala amorosa também podia ser considerada fútil, leviana, efeminada e pouco viril, denotando fraqueza e sentimentalismo (QUEIROZ, 1982, p. 15). Todavia, as inúmeras publicações editoriais sobre missivas dos homens ilustres demonstram que nenhuma das funções elencadas acima era capaz de impedir a redação de correspondência amorosa.

No século XIX, os novos modos da cultura escrita afirmam a sociedade no processo de cultura escrita (DAUPHIN apud GASTAUD, 2009, p. 41), e a carta torna-se um importante instrumento de comunicação na sociedade.

A troca de cartas exige o compartilhamento de um repertório de conceitos, modelos, gestos, costumes e palavras compartilhados entre o remetente e o destinatário. As missivas se relacionam com o mundo exterior dos correspondentes. Gastaud (2009, p. 63) aponta que, para que seja identificada como uma carta, algumas características precisam estar presentes, tais como: data-tópica, data, destinatário, saudações e despedidas e uma distribuição adequada dos parágrafos.

A escrita de cartas também exige o cumprimento de determinados protocolos. Gastaud (2009, p. 98-99) indica a existência de protocolos gerais, utilizados na maioria das cartas, e protocolos específicos, utilizados em missivas trocadas por correspondentes particulares. Os protocolos gerais fazem parte das convenções do gênero; já os protocolos específicos evidenciam relações sociais e de intimidade. Os protocolos gerais, costumeiramente presentes na maioria das cartas, são data e local, saudação e vocativo. Os protocolos específicos são estabelecidos entre os correspondentes, funcionando como um código entre eles. São a frequência de troca de missivas, a presença de expressões afetuosas e o tamanho da carta, por exemplo.

As cartas e demais formas de correspondência possuem objetivos claros que buscam atingir, no destinatário, o sentimento desejado. Gastaud (2009, p. 99) aponta que as cartas de amor possuem uma característica “desarrumada” em comparação aos outros tipos de cartas.

No caso da correspondência e, principalmente, da correspondência amorosa, a assinatura, os vocativos e os pronomes de tratamento indicam a intimidade e o tipo de relacionamento estabelecido pelos missivistas. Outras características podem ser encontradas nas cartas, tais como a presença de recomendações diversas ao destinatário, arrebatamentos e juras de amor, apelidos carinhosos e questões sociais que vão além do casal (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 178).

A correspondência tinha fundamental importância nos relacionamentos amorosos (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 176). Em caso de rompimento dos casais, era comum a devolução das cartas ao ex-amante (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 183). O objetivo de uma carta de amor é ser crível e parecer verossímil ao destinatário. Por isso, a redação obedece a certas regras de persuasão, objetivando transmitir uma sinceridade aparente (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 179).

Assim como para outros tipos de carta, o papel dos escribas não pode ser desconsiderado. Para Queiroz (1982, p. 20), a existência de alguém que conhece o “repertório epistolar” já indica que a própria fala amorosa está reduzida a um determinado número de tópicos. Para manifestar seu afeto, o enamorado se apodera dos formatos mais tradicionais para declarar seus sentimentos. A singularidade do amor é o que subjuga essas formas tradicionais, forjando-se uma realidade compartilhada apenas pelo amante e pela amada (QUEIROZ, 1982, p. 32).

De acordo com Seibert (apud ASSMANN, 1995, p. 126): os “hábitos do discurso” demonstram um alto nível em formação cultural e constituem um estágio de transição entre a comunicação do dia a dia e a comunicação cultural. As cartas de amor do século XIX estão neste estágio de transição, já que a memória cultural se caracteriza pela distância do cotidiano. A durabilidade física dos documentos permite que eles sejam transmitidos de um estágio a outro por longos períodos de tempo. Portanto, é essa durabilidade que possibilita que uma fonte de comunicação criada com objetivos determinados em outro momento seja usada para transmitir outros tipos de informação além das fronteiras da comunicação interpessoal.

Os documentos e arquivos facilitam a transmissão de informações sobre as sociedades que de outras maneiras não durariam. No caso das cartas, elas não só facilitam o acompanhamento, como é o ato de registrar que possibilita que determinada mensagem seja enviada e efetive a comunicação entre pessoas distantes, uma vez que no período eram escassos os recursos de comunicação interestencial.

3 A PRESENÇA DA CORRESPONDÊNCIA AMOROSA NOS ARQUIVOS

A seguir, abordaremos a presença da correspondência amorosa nas instituições arquivísticas.

Foram selecionadas duas instituições para efetuar o levantamento dos dados e breve análise dos resultados: O *National Archives* (NA) e a *Library Of Congress* (LOC). Estas duas instituições foram escolhidas, pois têm valor reconhecido enquanto custodiadoras de arquivos pessoais e manuscritos com elevado número de documentos; possuem base de dados

disponível para pesquisa remota; apresentam documentos disponíveis para acesso online e também porque são reconhecidas no tratamento de acervos arquivísticos.

3.1 THE NATIONAL ARCHIVES

Primeiramente, apresentaremos a pesquisa efetuada na base de dados do *National Archives*, instituição arquivística do Reino Unido.

A apresentação da página web da instituição é atraente. A seção *menu* apresenta as opções voltadas para a pesquisa, inclusive com subseções para ajudar o usuário com sua pesquisa. Em *start your research here*, o usuário recebe informação como aquilo que o Arquivo Nacional Britânico possui de documentação, bem como aquilo que ele não possui, evitando que o usuário procure documentos e informações que não são custodiadas pela instituição. Além da indicação do que se encontra disponível para acesso e remoto e o que não se encontra. Destaquemos também duas seções sobre o que são arquivos e como usá-los. Já a pesquisa é realizada em outra seção facilmente encontrável.

Na busca, os termos são procurados no acervo do Arquivo Nacional Britânico e também nos outros arquivos que compõem o sistema de arquivos do Reino Unido (UK). A página inicial apresenta opções de busca que delimitam a busca somente para documentos dentro do *National Archives* e para itens disponíveis para *download*. Se digitado os termos escolhidos para a realização da busca, o resultado é apresentado, oferecendo opções para uma maior delimitação da busca.

O levantamento na base de dados foi realizado em 03 de julho de 2016. As expressões de busca *love letter*, *love letters*, *love-letter*, *love-letters* apresentam o mesmo número de resultados, indicando a ocorrência de documentos no período compreendido entre 1100 e anos posteriores a 1950. O resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Base de Dados National Archives		
National Archives	Resultados Obtidos	Disponível Online
	423	18
Outras Instituições do UK	3233	Dado não informado

Fonte: Produção do próprio autor

Ao aplicarmos o recorte temporal, os resultados são:

Base de Dados National Archives (1800 – 1949)		
National Archives	Resultados Obtidos	Disponível Online
	107	16
Outras Instituições do UK	1943	Dado não informado

Fonte: Produção do Próprio autor

A expressão “*love letter*” obteve os seguintes resultados:

Base de Dados National Archives – Busca por Love Letter – 1800 – 1949		
National Archives	Resultados Obtidos	Disponível Online
		10
Outras Instituições do UK	23	Dado não informado

Fonte: Produção do Próprio autor

Sendo, 23 resultados no período compreendido entre 1800 e 1899, 5 resultados no período entre 1900 a 1924 e 6 resultados entre 1925 e 1949. Já a expressão “*love letters*”, obteve três resultados no NA, nenhum item disponível para download e 65 em outros arquivos. Sendo 49 resultados para o período compreendido entre 1800 e 1899. 20 resultados para o período compreendido entre 1900 e 1924 e 8 resultados entre 1925 e 1949.

Base de Dados National Archives – Busca por Love Mail – 1800 – 1949		
National Archives	Resultados Obtidos	Disponível Online
		06
Outras Instituições do UK	57	Dado não informado

Fonte: Produção do Próprio autor

Destes, 27 resultados correspondem ao período compreendido entre 1800 e 1899. O período compreendido entre 1900 e 1924 obteve 10 resultados e o período entre 1925 e 1949 obteve 10 resultados. A expressão “*love mail*” obteve zero resultados.

Base de Dados National Archives – Busca por Love Correspondence – 1800 – 1949		
National Archives	Resultados Obtidos	Disponível Online
		223
Outras Instituições do UK	2237	Dado não informado

Fonte: Produção do Próprio autor

Em outros arquivos, o número de resultados é 2237. O período compreendido entre 1800 e 1899 obteve 924 resultados. Entre 1900 e 1924, o número de resultados é de 475 resultados. Já o período compreendido entre 1925 e 1949 obteve 181 resultados. Nenhum resultado foi obtido com a expressão “*love correspondence*”.

Um dado sobre os resultados apresentados é que nem todos correspondem à correspondência. Também não é possível indicar que todas as cartas se tratem de correspondência amorosa. Uma dificuldade encontrada é a impossibilidade de restringir as buscas por décadas no período temporal, restringindo o período. É possível ordenar os resultados por data. Alguns resultados são dossiês que correspondem a longos períodos

temporais, gerando sobre a correlação dos resultados e o período desejado. Os resultados apresentados quando as aspas não são utilizadas também são aqueles nos quais as palavras aparecem separadas ao longo da descrição.

3.2 THE LIBRARY OF CONGRESS

A seguir, apresentamos os dados obtidos em levantamento realizado no sítio da *Library of Congress*.

A base de dados da instituição exige o conhecimento da língua inglesa, mas não apresenta grandes dificuldades em sua utilização. O espaço para busca se encontra logo na página inicial da biblioteca. Entretanto, não foi possível encontrar rapidamente uma explicação sobre o que cada subdivisão do acervo ou demais classificações significava. Isto acaba exigindo conhecimento prévio que nem todo usuário possui. Por exemplo, que os arquivos pessoais – grupo que queremos abordar – são tradicionalmente tratados como manuscritos nos arquivos de países de origem anglo-saxã. A base de dados apresenta 18.350.988 itens. O número de itens disponíveis online é de 1.808.461. A base de dados apresenta como resultado nesta seção 178.465 itens. Disponíveis online 161.942 itens. Entre 1840 e 1929, os resultados obtidos foram 37.026 itens (33.024 no século XIX e 4.002 itens no século XX). Estes resultados foram obtidos em 09 de agosto de 2016.

Neste estudo foram utilizadas as expressões *love letter*, “*love letter*”, *love letters*, “*love letters*”, *love-letter*, “*love-letter*”, *love correspondence*, “*love correspondence*”, *love mail* e “*love mail*” tanto na categoria *all formats* quanto na categoria *manuscripts/mixed*. Os dados obtidos podem ser observados nas tabelas a seguir. A escolha da categoria *manuscripts/mixed* se dá porque as cartas em países de tradição anglo-saxã costumam ser categorizadas como parte das seções de manuscritos dos arquivos e bibliotecas. Assim, os dados obtidos foram:

Busca na LOC em All Formats									
	Love Letter	Love Letters	“Love Letters”	Love-Letter	“Love-Letter”	Love Corres_pondence	“Love Correspondence”	Love Mail	“Love Mail”
Total	10.518	10.248	1.484	10.518	315	7.977	5	10.759	3
Online	9.896	8.501	397	9.896	120	7.247	0	10.570	2

Fonte: Produção do próprio autor

Os resultados obtidos na seção de manuscritos para “*love letter*”, “*love-letter*” e “*love correspondence*” foram desconsiderados. Os resultados obtidos para “*love letter*” foram descartados por apresentarem apenas um resultado correspondendo ao recorte temporal

desta pesquisa. Já as expressões “*love-letter*”, “*love correspondence*” e “*love mail*” foram desconsideradas por não apresentarem resultados relevantes em termos quantitativos. O mesmo ocorre para os resultados obtidos na seção de manuscritos

Os resultados obtidos de forma detalhada são apresentados na tabela a seguir:

Busca na LOC em Manuscript / Mixed Materials						
	Love Letter	Love Letters	“Love Letters”	Love-Letter	Love Correspondence	Love Mail
1840 1849	23	8	0	23	27	2
1850 1859	0	73	0	0	1	0
1860 1869	94 ⁴	73	27	94	97	17
1870 1879	422	170	13	422	422	55
1880 1889	197	92	8	197	201	26
1890 1899	233	78	0	233	230	29
1900 1909	172	56	1	172	188	32
1910 1919	57	12	1	57	58	6
1920 1929	5	2	0	5	4	0
Total	2.761	1.424	58	2.761	2.224	909
Online	2.757	1.424	57	2.757	Resultado Não Informado	908

Fonte: Produção do Próprio autor

O número total de itens não corresponde necessariamente ao número total de itens detalhados no período temporal porque consideram todos os itens do período temporal correspondente a 1800-1929. Para o detalhamento, foram desconsiderados os itens correspondentes ao período anterior a 1840 e posteriores a 1929.

Não é possível afirmar se todos os resultados obtidos com o termo de busca “*love letter*”, “*love correspondance*”, “*love-letter*”, “*love letters*” ou “*love mail*” são cartas trocadas entre pessoas que tenham algum tipo de envolvimento amoroso romântico. Aparentemente, não são. Entretanto, muitos dos resultados obtidos são cartas com os mesmos remetentes e destinatários. Para precisarmos, seria necessária a leitura das cartas e a análise contextual dos documentos.

Destacamos a maior presença de itens encontrados com estes termos no período compreendido entre 1800 e 1899, período este onde também é possível identificar uma maior presença de correspondência, em geral, nos arquivos pessoais.

⁴ Pudemos observar que ao menos dois destes itens correspondiam a diários íntimos.

Os modos de apresentação dos resultados de pesquisa são diferentes devido às especificidades das bases de dados e o modo como apresentam os resultados. A LOC apresenta os resultados de pesquisa de forma mais detalhada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, a *carta de amor* se apresenta como um tipo documental reconhecido nos países alvo de nossa pesquisa e a sua presença significativa nos arquivos pessoais expõe um determinado modo de comunicação amoroso por meio das cartas. Destacamos que o estudo desse tipo documental permite uma série de pesquisas nos arquivos pessoais que relacionam a forma e o conteúdo do documento com o contexto social e cultural de uma época.

Ao ser custodiada por uma instituição de memória, uma carta de amor (ou outra correspondência da vida privada) sai completamente da esfera das memórias pessoais para entrar na esfera da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. **Collective memory and cultural identity**. Tradução: Czaplicka, John. p. 125 – 133. Disponível em: <<http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/95%20AssmannlolMemNGC.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (Orgs.). **Arquivos pessoais e cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, v.45, n.2, jul./dez. 2009.

_____. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: AAB, v.7, n.2, jul./dez. , p. 5- 10, 2008.

CASTILLO GÓMEZ, BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (Orgs.) **Destinos das Letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Ed.UPF, 2002.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

GASTAUD, Carla Rodrigues. **De correspondência e correspondentes**: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950. 2009. 246f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.5 , n. 2., p. 7-31, 1999.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, [London] v. 54, n. 5, p. 606 - 621, dez. 1998.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, v. 52. p. 126-135. Disponível em: <<http://www.journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12817-14858-1>>. Acesso em: 18 maio 2015.

LIBRARY OF CONGRESS. **Library of Congress**. Disponível em: <<https://www.loc.gov/>>. Acesso em: 9 maio 2016.

MCKEMMISH, Sue. **Evidence of me**. 2001. 16 p. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/mckemmish-s-evidofme-ch10.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

MICHAELLIS. **Dicionário Michaellis**. [S.l.]: Editora Melhoramento, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 09 maio 2016.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>> Acesso em: 18 maio 2015.

NATIONAL ARCHIVES. **National Archives**. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/>>. Acesso em: 9 ago 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A Propósito da Carta de Mário. In: FREITAS, Lídia S.de; FONSECA, Vitor M.M.da; LIMA, Marcia H. T. de F. (orgs.). **Ética e políticas da informação**: agentes, regimes e mediações. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4) No prelo.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (Orgs.). **Arquivos pessoais e cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Sinceridade e ficção nas cartas de amor de Fernando Pessoa. IN: GALVÃO, Walnice ; GOTLIB, Nádía Battella (Orgs.). **Prezado senhor, Prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 175-184.

QUEIROZ, Maria José de. Prefácio: Introdução ao Falar Amoroso. In: BARBOSA, Rui. **Cartas à noiva**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Civilização Brasileira, 1982. p 9-31.

RAYWARD, W. Boyd. The History and historiography of information Science: some reflections. *Information Processing & Management*, Vol. 32, No. 1, pp. 3 -17, 1996.